



SOCIALIZAÇÃO RELIGIOSA, ESCOLHA PROFISSIONAL E MILITÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E MILITANTE DE MULHERES ASSISTENTES SOCIAIS

Cândida Margarida Oliveira Matos¹

Resumo: O presente artigo trata da influência religiosa na escolha profissional e na trajetória política de mulheres assistentes sociais. Com este intento abordamos a influência religiosa na configuração da identidade de mulheres que optaram pelo Serviço Social como profissão, assim como na conformação de práticas políticas. No âmbito profissional se mesclam a questão religiosa, de gênero e as variadas formas de participação política, haja vista a associação da profissão com a ajuda – traduzida muitas vezes como caridade ou humanitarismo. Referente à participação política, segundo Gaglietti (2003), os ideais humanitários e as motivações de ordem simbólica, justificam a militância e/ou engajamento.

Palavras-chave: socialização religiosa, escolha profissional, militância.

INTRODUÇÃO

Neste artigo abordamos a influência religiosa na trajetória de oito assistentes sociais militantes na cidade de Aracaju, Sergipe, a partir da análise da constituição da profissão de Assistente Social no Brasil e do imbricamento dos agentes profissionais com a participação política expressa na militância, no engajamento ou na contestação. A religiosidade, assim como outros elementos, tais como a influencia familiar, aparece como um elemento de reconversão tanto para a escolha profissional, como para a militância política – associada a ações humanitárias, aos direitos humanos, entre outros valores.

O Serviço Social é uma profissão que se destaca na sociedade brasileira como um ofício feminino desde suas origens até os dias atuais, visto que, na contemporaneidade, o exercício das funções educativas, de cuidados imputados às mulheres persiste, contemplando vários estudos que tratam da relação entre a feminização de algumas profissões e sua atribuição e identidade na sociedade, que as apresentam como profissões valorativas.

¹ Professora do Curso de Serviço Social da Unit-Se. E-mail- camom@oi.com.br

Neste âmbito cabe destacar que a questão de gênero perpassa a análise profissional e a influência religiosa, visto que o Serviço Social Brasileiro historicamente é composto por mulheres, assim como “as questões religiosas” também são mais afeitas às mulheres.

O artigo em pauta configura um recorte da dissertação de Mestrado apresentada no Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, construída a partir de entrevistas biográficas com oito assistentes sociais mulheres no período de 2008/2009. Na pesquisa o fator religioso ganhou destaque tanto como um elemento de reconversão para a escolha profissional como para as práticas de militância, contestação e engajamento político, de forma que podemos asseverar que a socialização religiosa iniciada na família e continuada nas instituições religiosas e de educação age na conformação de identidades políticas e na divisão sexual de carreiras.

AÇÃO SOCIAL, GÊNERO E IGREJA: SUBSÍDIOS PARA O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O surgimento do Serviço Social em 1930 está condicionado à política assistencial do período, desenvolvida para atender especialmente aos trabalhadores urbanos das indústrias. A falta de uma ação assistencial anterior a este período, e frente à emergência das demandas, mobilizou vários segmentos da sociedade em torno de uma política assistencial, dentre estes a Igreja Católica que empreendeu o movimento de recristianização da sociedade (movimento laico) que se tornou o berço do Serviço Social; e a ação social das damas de caridade, cujas ações são identificadas como as protoformas da profissão.

A assistência social, segundo Torres (2002), sempre esteve associada à ajuda, à caridade e à benesse. Por isso, o engajamento do assistente social à causa social dos mais carentes é pautado inicialmente no Brasil pelo ideário da Igreja Católica, permeada pelo sentimento religioso e de solidariedade. Assim, a Igreja detinha o controle do campo da assistência, e, de forma mais densa, a partir de 1930, quando enceta reforçar seu domínio.

Na totalidade das ações da Igreja Católica, se origina o Serviço Social que paulatinamente vai sendo cooptado pelo Estado, concomitante ao seu processo de

profissionalização e absorção no mercado de trabalho², principalmente a partir de 1940 com as leis sociais, trabalhista e sindical, e grandes instituições assistenciais. Assim sendo, o Serviço Social teve suas bases de trabalho e de formação profissional ampliadas, mediante sua inserção na burocracia pública.

Com o surgimento das grandes instituições, amplia-se o mercado de trabalho para a profissão, permitindo ao Serviço Social romper com suas origens confessionais e transformar-se numa atividade institucionalizada. Suas bases de legitimação são deslocadas para o Estado e para os setores empresariais da sociedade, ao mesmo tempo em que o assistente social se transforma numa típica categoria profissional assalariada, que passa a absorver, além de representantes das elites que constituem a predominância da composição dos profissionais, setores médios e da pequena burguesia, que passam a se interessar por essa profissão remunerada. (Silva, 2006: 25)

Igualmente, o caráter ideológico identificado até aqui na ação governamental pode também ser atribuído ao Serviço Social, tendo o mesmo papel fundamental no processo de reconhecimento da profissão, muito mais que a materialidade da ação desenvolvida pelos profissionais. A associação entre as iniciativas religiosa e populista da Era Vargas forjaram o discurso e a ação das pioneiras do Serviço Social. Um discurso místico, voltado para a ação de soerguimento moral do homem³, e afinado com a teoria estrutural-funcionalista e a tendência da elite intelectual da época, que nos períodos de 1920 a 1940, desempenhou papel de destaque no processo de organização da sociedade, de educação e reforma moral. As elites brasileiras assumiram a função de alavancar as mudanças sociais por meio da difusão cultural, da organização da sociedade e do desenvolvimento do homem, haja vista a crença na ignorância do povo. Assim cabia ao intelectual melhorar a sociedade mediante a transmissão de valores, coadunando-se com os objetivos do governo getulista. Tais procedimentos favorecem a absorção de conflitos por parte do Estado. (Bastos, 2003)

Com este perfil, a profissão é tomada como uma arte, um dom, ou mesmo um apostolado social, cujas iniciativas estão associadas ao sentimento religioso e diretamente relacionadas ao papel da mulher, não só na esfera privada, mas também na assistência pública. Tal composição da profissão define também a ação dos profissionais que não se descola do caráter paternalista da ação governamental,

² Silva (2006) identifica como primeiras iniciativas da assistência e como campo de ação do assistente social a LBA – Legião Brasileira de Assistência (15/10/1943), o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (22/2/1942), o SESI – Serviço Social da Indústria (25/6/1946) e a Fundação Leão XIII, fruto da parceria Estado e Igreja, oficializada em 1946, Além do Conselho Nacional de Serviço Social em 1938.

³ A literatura que trata sobre esta questão aponta para um discurso doutrinário e apologético; a idealização romântica da Idade Média; o caráter educativo e classista. (Iamamoto e Carvalho, 1993),

conjugado a prática cristã religiosa, já que os papéis sociais assumidos por estas mulheres são abstrações dentro de um processo cultural e de um contexto socioeconômico e político determinado. Assim sendo, o trato assistencial no Brasil se dá muito mais pela concessão e bondade de tendências humanitárias. (Torres, 2002) Tais práticas se coadunam com os estereótipos femininos, singularmente de mulheres das classes mais providas financeiramente, visto que nas classes subalternizadas, as mulheres compunham o quadro do operariado brasileiro.

Tais características da profissão perduram até os anos de 1970 quando a mesma passa por um processo de transição (consolidado a partir de 1980) conhecido como “Movimento de Reconceituação” (1960/1970), desenvolvido em toda a América Latina por meio de encontros, seminários, debates e produções teóricas. Alguns autores que tratam do Movimento de Reconceituação, dentre eles Silva (2006) e Netto (1994), reconhecem a diversidade de propostas e interesses dos assistentes sociais as quais durante duas décadas buscaram atender, num primeiro momento (1960), as exigências do mercado de trabalho, renovando suas bases metodológicas, sem, contudo, empreender uma ruptura com o caráter estrutural-funcionalista da profissão; posteriormente, já em 1970, o marxismo e a fenomenologia⁴ deram a base para um novo Serviço Social. Bastante criticada por alguns profissionais, a fenomenologia não alcançou uma validade junto à categoria, que optou por um novo projeto profissional de cunho marxista, que só ganhou fôlego com o fim da ditadura militar em 1980.

CONVERGÊNCIA DA PRÁTICA PROFISSIONAL PARA A MILITÂNCIA

A partir de 1980 o Serviço Social rompe com o chamado Serviço Social tradicional e assume o marxismo como paradigma se estabelecendo na profissão uma identidade crítica sob influência de Antonio Gramsci que desenvolveu o conceito de intelectual orgânico⁵, presente no discurso profissional mediante prática educativa.

⁴ Ambas correntes filosóficas são veiculadas por assistentes sociais nas universidades e em alguns encontros da categoria organizados pela ABESS, CBCISS E ALAES, tais como os Seminários de Sumaré (RJ. 1978) e Alto da Boa Vista (RJ. 1984), indicando que os debates empreendidos nesta época ficaram circunscritos em grande parte ao âmbito acadêmico e só chegando à maioria dos profissionais, quando foi reformulado o projeto profissional em 1982 com base no marxismo.

⁵ Segundo Abreu (2004), a dimensão pedagógica do Serviço Social insere-se na concepção gramsciana de direção intelectual e moral, que busca a transformação ideológica através de ações voltadas para a conquista da hegemonia. Com esta proposta, as estratégias educativas envolvem tanto a ‘pedagogia da ajuda e da participação’, quanto à ‘pedagogia emancipatória’ das classes subalternizadas no âmbito da sociedade capitalista.

Tal empreitada assumida pelos assistentes sociais os aproxima de práticas políticas, mais especificamente do engajamento e da militância, visto que a inserção do marxismo para grande parte dos assistentes sociais deu as bases para a defesa de um Serviço Social comprometido com a realidade social, com a democratização dos direitos sociais, crítico e articulado às classes trabalhadoras (Silva, 2006).

Além disso, a dimensão pedagógica estabelecida na prática do assistente social indica o papel político do profissional prescrito pela formação acadêmica, que visa à garantia de uma intervenção consciente no cotidiano das classes subalternizadas, promotora de cidadania, de forma a afirmar uma direção política ou a politização da ação profissional.

Tal apreciação está relacionada a uma caracterização mais geral da cultura política brasileira, para a qual é inconcebível pensar conhecimento e formação acadêmica separado da ação e de uma intervenção social. Essa cultura política, entendida aqui como “fenômeno de sociabilidade política e uma adesão implícita a uma mesma leitura do real” (Pécaut, 1990, p. 184), implica em uma consciência política e uma atuação no plano político. Nesse sentido, a formação acadêmica e o conhecimento, ao permitirem o acesso à realidade, já são, desde o princípio, completamente politizados. (Petrarca, 2007:15)

Postas estas considerações, é possível perceber que a perspectiva política da prática do assistente social, a partir de 1980, bem como seu espaço de atuação, converge para a prática ativista que favorece o engajamento do profissional na nova agenda de reivindicações, tais como os dos negros, homossexuais, moradores de rua, meio-ambiente, idosos, entre outros; seja no âmbito da assistência aos vários segmentos sociais (através das políticas públicas e ONGs), seja de forma específica, assessorando movimentos sociais ou na administração de benefícios dos setores privados, conforme os espaços de atuação e os usuários das assistentes sociais e de acordo com o que está preconizado na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662 de 7/6/93).

No que pese os novos objetivos e intenções dos assistentes sociais (muitas vezes imperceptível para os leigos), o trato com o social – seja ele caracterizado como ajuda ou como emancipação das classes subalternas - continua sendo decisivo para a escolha da profissão, indicando o caráter religioso ou humanitário na escolha profissional.

Associado ao caráter religioso ou humanitário, o gênero também é responsável por escolhas profissionais, conforme já aludimos. Ainda que profissões masculinas e femininas não tenham hoje uma fronteira rígida, perdura a divisão sexual das profissões que Rosemberg (1992) chama de “guetização das carreiras”; isto é, o reconhecimento de uma classificação, denominando as carreiras femininas (humanas), mistas e masculinas (técnicas).

As profissões identificadas como femininas estão associadas a valores que se coadunam ao papel associado à mulher no âmbito privado, tais como o cuidado, o altruísmo, a educação, a abnegação, que também são valores religiosos, configurando a Igreja como uma instituição que exerce influência sobre as mulheres e que congrega o *habitus*. “Por meio de sermões e discursos normatizadores, a Igreja criou uma rede de tabus, reforçando a concepção da mulher como um ser frágil, dependente e submisso, cabendo-lhe o papel de zelar pelo bem-estar do marido, gerar filhos e educá-los.” (Torres, 2002: 55)

Algumas profissões como o Serviço Social e a enfermagem são historicamente compostas por mulheres, outras se transformam em “profissões femininas”, como é o caso da pedagogia⁶. Essa realidade aos poucos vai se alterando, principalmente pela influência do movimento feminista, mas, a prática social alia-se, de forma bastante funcional, à necessidade de profissionalização e de inserção da mulher no mercado de trabalho, e, o exercício das funções educativas, de cuidados imputados às mulheres, persiste nos dias atuais. Assim, observamos que o Serviço Social mesmo quando é regulamentado como profissão, não deixa de estar associado à ajuda e consequentemente a papéis femininos, compondo a identidade profissional.

Assim, apesar dos esforços para caracterizar a profissão como mediadora entre as classes que cumprem um papel político, a idéia de ajuda ou de convivência com o outro é recorrente na profissão, tornando-se um indicador para os candidatos a uma “profissão de atributos femininos”, como revela a pesquisa com as assistentes sociais militantes que relembram que “*Sabia que não queria uma profissão da área de exatas, mas queria uma profissão que lidasse com gente*” (acadêmica nos anos de 1980) ou “*Eu fui achando que era a profissão que se aproximava muito do que eu gostaria de fazer; de estar lidando com o ser humano*” (acadêmica nos anos de 1970).

Apesar das indicações até aqui apresentadas, é necessário chamar a atenção para o fato de que esses aspectos não se apresentam de forma consciente nas motivações da escolha profissional, pois a escolha profissional depende de uma diversidade de fatores motivacionais e socioculturais, determinantes nas carreiras profissionais. Nesse compósito, consideramos além do gênero, a origem social e o valor simbólico que concorrem nas projeções que se faz da profissão, referente ao retorno social e

⁶ O magistério na sua origem foi ocupado por homens e à medida que as mulheres invadem este espaço, inicia-se um processo de regulamentação do mesmo para conformá-lo ao comportamento que se esperava da mulher. Louro, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: *História das Mulheres no Brasil*. Campinas: Unesco/Contexto, 1997, p. 443-481.

econômico que esta possa garantir, apesar de, neste último aspecto, a titulação escolar pura e simplesmente não ser a garantia de prestígio e retorno financeiro. Assim posto, podemos ponderar que a titulação profissional é condicionada por variáveis que só ganham sentido quando associadas entre si, formando uma predisposição que estrutura a escolha de uma profissão.

Referente à escolha profissional, podemos falar de uma reconversão dos recursos de origem para o universo profissional, cujas relações comunitárias, assistenciais e político-partidárias de origem favorecem os agentes profissionais no manejo com as pessoas, assim como a socialização religiosa e a educação para as mulheres propicia as profissionais uma identificação com as causas alheias, ao tempo em que remete às práticas socioeducativas e psicossociais das assistentes sociais.

Logo, a escolha profissional pode indicar um desejo de participação política, isto é, as escolhas profissionais podem indicar um sujeito predisposto à participação política.

Quanto a esta questão, Oliveira (2008a) aponta que, além dos evidentes interesses por uma profissão, a titulação universitária pode ser direcionada de forma a congregar a atuação profissional com o engajamento e participação em movimentos sociais, possibilitando uma ‘fusão’ e ‘indistinção’ que ocorre entre profissão e disposição com determinadas causas sociais. Podemos então falar, que a profissão é a realização de um exercício profissional que tem um forte apelo pelas classes subalternizadas. No caso específico do Serviço Social, a ação política não extrapola os limites da profissão, mas, é a própria concretização da profissão, já que o Serviço Social está preocupado com a transformação da realidade e mais especificamente com a constituição dos direitos sociais da população subalternizada. Logo, há uma intencionalidade na ação do profissional de Serviço Social, haja vista que estes procuram resultados e são interventivos no tecido social.

[...] Trata-se de uma situação em que o sentido e o valor da “profissão” implicam sempre um “compromisso” com uma “realidade” que é “totalmente política”, de modo que a formação e o exercício profissional não existe separado da capacidade ou competência de “comprometimento” da formação escolar e técnica com a “realidade” e com a “prática” (Oliveira, 2008, p.9)

Segundo Coradini apud Reis (2008), os recursos intelectuais são estruturantes, pois justificam uma série de identificações e adesões que definem sua condição de existência, fundamentando ainda sentidos e tomadas de posições, que podemos identificar como disposições éticas. Isso explica os motivos das adesões a uma determinada causa social ou a diversas causas sociais.

Portanto, a titulação de nível superior é um recurso para a participação política, confirmando, como indica Seidl (2009: 24), a “tendência de associação entre o aumento e diversificação da titulação escolar e probabilidade de sucesso em carreiras políticas e em militância variadas”, haja vista que a profissão condiciona seus profissionais na sociedade ao agregar “saberes reconhecidos como ‘acadêmicos’, ‘científicos’ ou, mais geralmente ‘intelectuais’”, concorrendo para a composição do capital político. Sendo assim, a formação universitária ajuda a ampliar ou despertar a eficácia política.

No caso das entrevistadas, são identificadas atividades políticas antes e depois do ingresso na universidade, sem grandes alterações no tipo de participação política. De forma geral, o que pode ser identificado é que após a graduação, as profissionais não militam mais nos movimentos religioso e estudantil (esse último pela própria condição profissional alcançada), passando a assumir atividades sindicais e filantrópicas (militância profissional). Esta última em substituição à atividade religiosa anterior, indicando assim, que há uma reconversão de um tipo de militância para outra forma de atuação política.

Consoante esta realidade, observa-se que a formação universitária para estas militantes, “é constituída acima de tudo pela capacidade de submeter à formação escolar e universitária ao engajamento e à participação política em diversos tipos de organização e de movimentos” (Oliveira, 2008a: 9). Portanto, nos casos em que já há uma disposição do indivíduo a determinadas causas ou à participação política, a profissão de Serviço Social - além de outras - serve para instrumentalizar para uma melhor atuação.

Assim sendo, o aprendizado da instrumentalidade no processo de formação dos assistentes sociais, coaduna com o uso de técnicas para dirigir reuniões, defender propostas, coordenar mesas em eventos públicos, representar uma organização, negociar, convencer, fazer acordos, são identificados por Gaglietti (2003) como manobras importantes na militância. Todos estes aspectos, o autor traduz, como sendo o jogo de fazer política, que se dá na convergência de todas as experiências de vida de um militante – trajetórias, origem social, escolaridade, ocupação profissional crenças religiosas e convívio familiar – que concorre para compor um capital político, diferente em cada militante.

Quanto à conjunção entre atuação profissional e prática política, nos valem de Coradini (2007) que afirma que a atuação profissional em serviço público articula-se à ideia de “direito” ou “dever do Estado”, definindo em certos casos a vinculação com o

engajamento e a militância, reforçada pela concepção política que se tem da profissão (forjada no processo de formação profissional). A ideia de está trabalhando com os direitos dos usuários é patente na formação do assistente social.

Portanto, além da direção política dada na universidade, ao formarem-se, os assistentes sociais, encontraram um universo de trabalho amplo e propenso a uma prática engajada. De forma geral, os assistentes sociais atuam diretamente com usuários de políticas sociais, caracterizados pela carência material, pela subordinação e violência estrutural. Na pesquisa, identificamos a atuação junto aos trabalhadores urbanos e rurais, mulheres, idosos, crianças em situação de vulnerabilidade ou com problemas de saúde, identificados pelos assistentes sociais como expressões da questão social.

Corroborando com a ideia de que a atuação profissional e os direitos sociais se articulam, Gentilli (2006) identifica que o mercado de trabalho condiciona a prática do assistente social, fornecendo a dimensão política do fazer profissional, ao criar possibilidades de atuação forjadas pela *vontade profissional*, visto que através da prática (manejo do assistente social) o usuário dos serviços sociais pode acessar benefícios e programas, o que configura a tarefa de “transformar possibilidades em efetividade” *ditadas pelo inconformismo*. (Gentilli, 2006:13)

A autora nos aponta a necessidade de conjunção de espaços e recursos organizacionais em associação com a vontade profissional, ou seja, com a predisposição à militância e ao envolvimento com causas sociais.

Ratificando esta ideia, uma das entrevistadas ao referir-se ao seu espaço de atuação profissional, afirma que “*Nunca fui orientada a fazer uma fala. Nunca fiz uma fala e fui repreendida, porque aqui defendemos os próprios trabalhadores e foi isso que aprendi na universidade*”. (S.J. é assistente social de uma entidade sindical). O discurso da assistente social apresenta a conjunção entre o agente propenso ao engajamento e às condições favoráveis para a prática política. Desta forma, podemos concluir que o mercado de trabalho profissional concorre para a militância e o engajamento de agentes predispostos.

Enfim, o que fica posto sobre o mercado de trabalho, é que este dispõe ao agente profissional, situações cotidianas de trabalho que podem favorecer uma atuação politizada, desde que o profissional tenha uma identificação com os usuários dos serviços prestados e esteja tecnicamente e teoricamente preparado para compreender o seu fazer profissional, não se deixando envolver em uma rotina burocratizada; ou podem desfavorecer a atuação do profissional, exigindo deste um maior esforço no

sentido de conquistar e garantir espaços para uma atuação que favoreça suas intenções. Neste caso, deve haver uma combinação de disposições psicológicas e de recursos organizacionais (programas, projetos, verbas, autonomia, alianças, etc.), que deponham a favor de uma prática política.

A RELIGIÃO COMO ELEMENTO DE RECONVERSÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA

A religião está imbricada tanto na composição profissional quanto na militância política das assistentes sociais, haja vista que a religiosidade faz parte da trajetória delas. Há, portanto, nas entrevistadas, uma predisposição à participação e ao envolvimento na vida comunitária, herdada da família, e às práticas assistenciais e de ajuda. Assim, a associação entre Serviço Social e atividades comunitárias e assistenciais do grupo familiar, pode ser usada como parâmetro de escolha para os candidatos que possuam sentidos e valores religiosos e, apostem nestes, como vocação para eleger uma profissão, direcionando-as também para práticas políticas.

Esse processo de internalização, pelo indivíduo de condições históricas e sociais vivenciadas ao longo de sua trajetória pessoal e social, está presente no campo religioso que, segundo Bourdieu (1997), age como sistema de possibilidades e de impossibilidades de expressão que proíbe ou encoraja processos psíquicos diferentes do mundo ordinário.

Referente às trajetórias das assistentes sociais militantes, O ensino religioso formal (na escola) está presente na escolarização de duas assistentes sociais, sendo que uma delas estudou todo o primeiro grau e parte do segundo em conventos.

Quanto à socialização religiosa, a maioria das profissionais entrevistadas é de família católica, identificando que a religião é um elemento importante de socialização e de conduta.

Portanto, os dados levantados junto às entrevistadas, demonstram que as mesmas tiveram uma referência religiosa dos pais - recorrente mediante uma formação religiosa diversificada na infância e juventude, seja por meio de catecismo, missas, grupos de jovens, colégios religiosos ou trabalhos beneficentes -, pois das oito entrevistadas apenas uma profissional não teve uma formação religiosa marcante, informando que os pais são católicos por comodidade (frequência eventual). Das sete envolvidas com alguma religião, cinco tiveram não só influência religiosa dos pais, mas foram religiosas

praticantes, sendo que destas, duas foram postulantes, ou seja, chegaram a iniciar o caminho para uma vida religiosa. Deste grupo de sete, uma disse não ter um maior envolvimento religioso porque morava em um povoado que só tinha missa uma vez por mês, aos domingos, bem como não existia grupos de jovens e outras atividades religiosas. Do total de todas as entrevistadas, apenas duas não tiveram envolvimento católico, sendo uma protestante e outra da Igreja presbiteriana, sendo que esta última teve forte influência materna na frequência à Igreja.

Assim, atestamos que a educação religiosa é um aspecto marcante na origem familiar das profissionais entrevistadas, configurando um total de 87,5 % das famílias das assistentes sociais. Com base na orientação religiosa dos pais, os descendentes tendem a seguir esta direção, salvo os casos em que um dos dois (pai ou mãe) não é religioso e influencia na religiosidade dos filhos - geralmente o pai é agnóstico, já que a religião é mais afeita à condição do ser mulher.

Na trajetória das profissionais militantes, identifica-se, em alguns casos uma mudança na direção religiosa, pois as primeiras manifestações coletivas de 62,5% das assistentes sociais foram os movimentos religiosos, mediante grupos de jovens da Igreja que frequentavam, e, que, ao longo do tempo vão se tornando esparsas, culminando em alguns casos com a ruptura com a Igreja, que não é necessariamente a ruptura com os valores religiosos.

Na maioria dos casos, as entrevistadas passam a questionar valores da igreja e posicionamentos dos religiosos devido a situações específicas como a trajetória socioeconômica pessoal e familiar, ao enfrentamento de doenças na família ou devido à constatação de interesses econômicos por parte do religioso.

Das quatro assistentes sociais que expressam este afastamento, três foram bastante envolvidas na infância e juventude com a religião, o que nos leva a considerar que houve uma substituição concernente à instituição a que os valores humanitários estão vinculados, e não uma negação dos valores de origem – todas as profissionais militantes continuam se identificando como religiosas (católica, protestante, presbiteriana) apesar do afastamento da igreja -, haja vista que valores religiosos e humanitários se confundem. Assim sendo, as profissionais não abandonam os valores religiosos, apenas vão redirecionando-os, com base nas experiências, trajetórias e nos contatos com outras instâncias, tais como a Universidade.

É importante observar que do ponto de vista das entrevistadas, o afastamento da Igreja não está diretamente vinculado à formação profissional. Os motivos aludidos são variados, mas, de forma geral, demonstram um desencantamento pela religião.

Referente à relação religião/profissão e considerando que grande parte das entrevistadas experienciaram trabalhos assistenciais advindas da formação religiosa ou do envolvimento em movimentos sociais, concluímos que o desejo de servir ao próximo como valor religioso é cultivado, como aponta a pesquisa de Simões⁷ (2005), na educação familiar religiosa dos assistentes sociais. O reconhecimento do Serviço Social como uma profissão de ajuda ao próximo, segundo este autor, favorece uma auto-identificação com as atividades assistenciais, ainda que os candidatos ao Serviço Social não tenham um conhecimento prévio da profissão, - consoante identificamos também na nossa pesquisa -, mas tenham tido contato ou observado a atuação de algum assistente social. Neste caso, o ideário de ajuda ao ser humano e a pessoa, revelado por assistentes sociais, servirá de parâmetro para a identificação vocacional, tanto do próprio indivíduo como dos parentes e amigos que indicaram o curso.

A “identidade e os valores religiosos permanecem relevantes como indicadores do que é a profissão e, portanto, como a referência para a escolha profissional.” (Simões, 2005:96). Os principais motivadores para a escolha do curso de Serviço Social estão ancorados em “um senso de mandato para o serviço, um desejo pessoal de promover a justiça social e uma busca por auto-realização” (Canda e Furman, 1999:9 apud Simões, 2000; 97), por valores nobres, “de fundo religioso, político e humanista” (Iamamoto,1998:65), ou ainda pelo desejo de servir ao próximo. (Simões, 2005)

Portanto, mesmo na atualidade, o Serviço Social permanece com uma imagem de profissão feminina associada à ajuda e, mais especificamente, ao sentimento religioso de amor e cuidado ao próximo ou aos mais carentes, apresentando assim uma carga religiosa, conformando o perfil de nossas entrevistadas, já que todas são mulheres com idade entre 28 e 64 anos de idade, portanto contemplando várias gerações e com um envolvimento religioso.

Na conformação da participação política, a influência religiosa é patente junto com outros elementos como a família e o Serviço Social, formando redes que ajudam a compor uma disposição ética (engajamento).

⁷ Pedro Simões, 2005, desenvolve a tese de que há vínculos entre o Serviço Social e a religião, a partir de estudos desenvolvidos no Brasil e na Inglaterra.

Assim sendo, nos itinerários individuais das assistentes sociais entrevistadas foram identificados recursos de origem, escolares e profissionais que se agregaram às suas experiências práticas e se converteram em participação política. O bacharelado em Serviço Social, assim como a socialização religiosa, favoreceu o contato com o marxismo e com a Teologia da Libertação, configurando-se um conjunto de estímulos importante para os militantes. A crença na melhoria das condições de vida da população (através da execução de políticas públicas nos espaços de trabalho do assistente social) e a utopia da transformação social confluem para que o militante se sinta útil (Gaglietti, 2003). Portanto, a formação profissional possibilitou às profissionais darem um sentido às atividades que exercem, que acreditam “e que julgam importante para ‘a construção de um mundo com justiça social’” (Gaglietti, 2003: 118).

Assim, a atividade religiosa sugere o caminho traçado para uma militância e/ou engajamento, visto que, segundo Gaglietti (2003), os ideais humanitários e as motivações de ordem simbólica, justificam – ainda que de forma parcial - a participação de militantes. Neste aspecto, a religiosidade exerce um papel fundamental no processo de militância, pois segundo a identificação do autor, há uma transferência de crenças ou concepções para a esfera política. A conjunção entre a religião e a política é assim notória, e essa bricolagem que Gaglietti aponta, pode ser identificada nos seguintes depoimentos:

Tinha um frei que veio do ABC paulista, que tinha uma visão do movimento sindical fantástica. Levou esta experiência para os metalúrgicos de lá. Criou na paróquia a pastoral operária. Tinha a JUC, JOC, tudo na mesma linha. Tinha influência na diocese do estado. Fui militante nesta pastoral e isso influenciou na minha opção política. Foi quando começou a minha militância. Me filiei ao PT em 1986 por conta dessa influência. O trabalho social com a Igreja foi muito forte. (F.B.)

O movimento religioso e de bairro se entrelaçam. Nós queríamos muito mobilizar os jovens. Particpei do grupo de jovens porque foi a única forma de organização do bairro e que congregava a juventude. Tentava combinar aquilo que nós precisávamos – melhoria das condições de vida – entrelaçado com a religião. Tanto é que eu era considerada comunista dentro do grupo, porque para mim, a religião não tem sentido quando ela está descolada da vida, do cotidiano das pessoas. E eu era marcada por isso, porque tinha aqueles que eram tradicionais e aqueles que queriam, na verdade, transformar a realidade, a vida, e eu me colocávamos como alguém que gostaria muito de transformar, até porque a minha realidade não era muito boa, assim como a realidade de muitas pessoas. (P.A.)

Observa-se que a vivência das assistentes sociais (juntamente com os pais) com o movimento católico, dispõem as mesmas ao ativismo, visto que a valorização aos “mais pobres e necessitados” presente na orientação de grupos religiosos, direciona a

participação para as lutas sociais, “colocando em prática esse princípio cristão, mesclando, assim religião e política” (Gaglietti, 2003: 95).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A representação da profissão está conjugada ao ideal humanitário/religioso, que aparece na trajetória das assistentes sociais militantes, de forma contundente e, a nosso ver, contraditória, na medida em que a religião é propulsora da escolha profissional e da prática política e é também recusada e submetida a novas formas de militância e de referências teórico-ideológicas, tais como o marxismo, que orienta e ainda é marcante na formação profissional.

Além disso, pudemos averiguar que as relações comunitárias e políticas do grupo familiar, juntamente com a socialização religiosa compõem os recursos que irão alavancar a participação política na sociedade. Esses recursos são essenciais na conformação de uma militância, visto que, são as *consistentes e intensas relações religiosas, comunitárias, de liderança, e políticas do grupo familiar* que distingue estes profissionais militantes dos outros profissionais não militantes. Assim sendo, estes elementos e sua ascendência sobre as profissionais, fizeram e fazem a diferença na reconversão à participação política.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mariana M. A Dimensão Pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XXV, n. 79, p. 43-71, 2004.

BASTOS, Elide R. A Revista Cultura Política e a influência de Ortega y Gasset. In: BASTOS, E.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 146-171.

BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: _____ *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 587-691.

CORADINI, Odaci Luiz. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n.28. p.181-203, jun., 2007.

GAGLIETTI, Mauro. *Ambivalência de uma militância*. 2. ed. Ver. Amp. Porto Alegre: Decasa/Palmarinca, 2003.

GENTILLI, Raquel de Matos L. *Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social*. 2. ed. rev. São Paulo: Veras, 2006.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: *História das Mulheres no Brasil*. Campinas: Unesco/Contexto, 1997. p. 443-481.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Wilson José F. de. *Abertura Política, Militância Múltipla e Proliferação de Protestos Públicos em Defesa de Causas Ambientais*. Cadernos CERU (USP), 2008.

OLIVEIRA, Wilson José F. de. Elites culturais, militantismo e participação na defesa de causas ambientais. In; CORADINI, O. L. (Org.). *Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: Estudos Recentes*. Porto Alegre; Edufrgs, 2008 (a), v. 1, p. 103-128.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PETRARCA, F.R. Conflitos Profissionais e Usos do Título Acadêmico para o Exercício do Jornalismo no Rio Grande do Sul. In: *Teoria & Sociedade*. Minas Gerais: UFMG, 2007. v. 1, p. 94-119.

REIS, Eliana Tavares dos. A "arte" da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que lutaram contra a ditadura. In: Odaci Luiz Coradini. (Org.). *Estudo de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008, p. 43-60.

SEIDL, Ernesto . Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. *Pró-Posições* (UNICAMP. Impresso), v. 20, p. 21-40, 2009. *Meio de divulgação*: Impresso, Homepage: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Série: 59; ISSN/ISBN: 01037307.

SILVA, Maria Ozanira da S e. *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SIMÕES, Pedro. *Assistentes Sociais e Religião: um estudo Brasil/Inglaterra*. São Paulo: Cortez, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas. *As Primeiras-damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002.